

CRIMES HEDIONDOS

17ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA





Nessa obra, abordaremos os principais aspectos da **Lei dos Crimes Hediondos**. Trata-se de legislação que afeta muitos institutos penais e, por isso, de sua reconhecida importância.



Sumário

Capítulo I - Disposições preliminares	05
1. Previsão constitucional e suas implicações	05
2. Principais fatos que impulsionaram a edição e as alterações da Lei dos Crimes Hediondos	06
3. Sistemas (ou critérios) de classificação dos crimes hediondos	06
4. Exclusão do crime de envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal	07
5. Consumação e tentativa	07
Capítulo II - Rol Dos Crimes Hediondos	07
Seção I - Crimes contra a pessoa	07
Subseção I - Homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio	07
1. Homicídio simples	07
2. Crime hediondo condicionado	08
3. Milícia privada	08
4. Conceito de grupo de extermínio	08
5. Impessoalidade	08
6. Número de vítimas e de crimes	09
7. Competência	09
Subseção II - Homicídio qualificado	09
1. Exclusão do homicídio culposo	09
2. Inclusão de novas qualificadoras	09
3. O homicídio qualificado-privilegiado é crime hediondo?	09
4. Competência	10
Subseção III - Lesão corporal funcional	10
1. Criação das figuras	10
2. Crime hediondo condicionado	10
3. Parentesco	10
4. Lesão corporal simples	11
Subseção IV - Femicídio	11
Subseção V - Vicaricídio	11
Subseção VI - Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação circunstanciada	11
Subseção VII - Sequestro e cárcere privado qualificado	11
Subseção VIII - Tráfico de pessoas contra criança ou adolescente	12
Seção II - Crimes contra o patrimônio	12
Subseção I - Roubo circunstanciado e qualificado	12
1. Evolução legislativa	12
2. <i>Nomen juris</i>	12
3. Figuras circunstanciadas hediondas	12
4. Figuras qualificadas hediondas	13
4.1 Roubo qualificado pela lesão corporal grave (art. 157, §3º, I, CP)	13
4.2 Roubo qualificado pela morte (art. 157, §3º, II, CP)	13
Subseção II - Extorsão qualificada	13
1. Evolução legislativa	13
2. Lex gravior	14
Subseção III - Extorsão mediante sequestro	14
Subseção IV - Furto qualificado	14
1. Criação da qualificadora	14
2. Figura hedionda	14
Seção III - Crimes contra a dignidade sexual	15

Subseção I - Estupro	15
Subseção II - Estupro de vulnerável	15
Subseção III - Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável	16
Seção IV - Crimes contra a saúde pública	16
Subseção I - Epidemia com resultado morte	16
Subseção II - Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	16
1. “Falsificação” de cosméticos e saneantes – crime hediondo	16
2. Envenenamento de água potável e substâncias alimentícias e medicinais qualificado pela morte	17
3. Inconstitucionalidade da pena do art. 273, §1º-B, V, do CP	17
Seção V - Outros crimes hediondos	17
Subseção I - Genocídio	17
1. Conceito de genocídio	17
2. Previsão em Diplomas Internacionais.....	17
3. Objetividade jurídica.....	17
4. Modalidades típicas	17
Subseção II - Posse e porte de arma de fogo de uso proibido	18
1. Evolução legislativa.....	18
2. Esclarecimentos iniciais	18
3. Lei 13.497/2017	18
3.1 A hediondez abrangeria as munições e os acessórios de uso restrito?	18
3.2 As figuras equiparadas, até então descritas no parágrafo único do art. 16, também deveriam ser consideradas hediondas?	18
4. Lei 13.964/2019	19
Subseção III - Comércio ilegal de arma de fogo	19
Subseção IV - Tráfico internacional de arma de fogo	19
Subseção V - Organização criminosa	20
1. Gerações da legislação de combate ao crime organizado no Brasil	20
2. Figura hedionda	20
Subseção VI - Crimes militares	20
Subseção VII - Crimes do Estatuto da Criança e do Adolescente	21
Subseção VIII - Domínio social estruturado e favorecimento ao domínio social estruturado	21
Capítulo III - Crimes Equiparados a Hediondos	21
Seção I - Tortura	21
Seção II - Tráfico ilícito de drogas	21
1. Ajuste terminológico	21
2. Identificação das figuras equiparadas a crimes hediondos	21
3. Tráfico privilegiado	22
Seção III - Terrorismo	22
Capítulo IV - Disposições Penais e Processuais	23
Seção I - Benefícios vedados	23
1. A questão da constitucionalidade da inclusão do indulto entre as vedações	23
2. Vedação à fiança	24
3. Liberdade provisória – evolução legislativa e jurisprudencial	24

4. Outros benefícios	25
5. Inelegibilidade	25
6. Coleta de perfil genético	25
7. Prioridade no julgamento	25
Seção II - Cumprimento da pena e a questão da progressão de regime	25
1. Evolução legislativa e jurisprudencial	25
2. Requisitos para a progressão de regime	26
Seção III - Direito de apelar em liberdade	26
Seção IV - Prisão temporária	26
1. Prazo diferenciado	26
2. Ampliação do rol dos crimes que admitem a prisão temporária	27
Seção V - Presídios Federais	27
1. Criação de Presídios Federais	27
2. Quem pode ser custodiado?	27
3. A quem compete a execução da pena?	27
Seção VI - Livramento condicional	27
1. Contextualização	27
2. Requisitos legais	27
3. Vedação ao livramento condicional	28
3.1 Genérica	28
3.2 Específica	28
Seção VII - Colaboração com a justiça	28
Subseção I - Delação eficaz	28
1. Benefício legal	28
2. Direito subjetivo e personalíssimo do delator	29
3. Critério para a redução da pena	29
Subseção II - Traição benéfica	29
1. Ajuste terminológico	29
2. Condição para a concessão do benefício	29
3. Direito subjetivo e personalíssimo do delator	29
Seção VIII - Apenamento agravado para a associação	29
1. Forma especial de associação criminosa	29
2. Concurso material de crimes	30
3. Extorsão mediante sequestro qualificada	30
4. Associação para o tráfico	30
5. Associação para o Genocídio	30
Seção IX - Causas de aumento de pena	31
1. Dispositivo sem aplicação	31
2. Reflexos intertemporais	31
Seção X - Prazo em dobro para os procedimentos referentes ao tráfico de drogas	32
Obras consultadas e/ou citadas	33